

O Império em papel e tinta: impressores ibéricos na época da União das Coroas

Ana Paula Torres Megiani

O papel da imprensa em Portugal no Tempo dos Filipes

A agregação do reino de Portugal à esfera de domínio da monarquia espanhola em 1580, e por conseqüência ao Império Habsburgo, não foi um acontecimento de implicações apenas políticas e marcado pela perda da autonomia, como costumou entender, desde 1640, a ala da tradição historiográfica portuguesa de cunho nacionalista. Além das constantes negociações ocorridas na época em torno da legitimidade da monarquia Filipina, inúmeros outros processos que surgiram durante a união dinástica têm sido observados pelos historiadores especialistas das mais diversas áreas. Seja no âmbito da história administrativa e do direito, passando pela história social, até o nível da história cultural, os estudos sobre a Monarquia Católica e especificamente a União das Coroas Ibéricas vêm revelando um rico complexo de elementos para a compreensão do mundo ocidental, na passagem do século XVI para o XVII.

Um dos aspectos mais polêmicos acerca dessa relação refere-se ao grau de intervenção que a monarquia Filipina teria alcançado sobre o reino de Portugal, bem como a proporção da autonomia conservada pelas instituições portuguesas. A política de casamentos entre as casas reinantes na Península Ibérica, desde os reinados de D. Manuel e Carlos V, demonstra mútuos interesses no fortalecimento das duas monarquias, por meio da união dinástica, localizando no início do século XVI a "época de ouro" da aproximação entre os dois reinos. Por outro lado, observou-se que a intensidade da intervenção Filipina em Portugal manifestou-se paulatinamente na administração interna do reino, na política de concessão de privilégios e na dinâmica das relações de poder. Foram esses os níveis em que mais se evidenciaram as queixas da nobreza e dos representantes das

municipalidades portuguesas ao longo dos sessenta anos da União.

Contudo, se no tocante à questão do grau de ingerência político-administrativa da monarquia filipina sobre o reino lusitano as linhas interpretativas divergem - ora favoráveis à idéia da existência de momentos diferentes no processo de agregação dos reinos, ora presas à concepção de dois Estados pré-constituídos medindo suas forças - , observa-se num outro campo específico, com menor resistência, presença da monarquia Filipina em Portugal. Trata-se do empenho da monarquia em desenvolver atividades que possuam ligação direta com o campo das artes e ofícios, dentre elas a imprensa e a arquitetura. O papel dessas duas atividades esteve, desde 1581, profundamente ligado ao poder do monarca, e uma análise mais aprofundada de seus mecanismos de ação podem descortinar aspectos particulares do sistema de vínculos no tempo dos Filipes em Portugal.

Na Espanha, os incrementos urbanísticos e tipográficos ganharam significativa relevância já em meados do século XVI, relevância essa que acompanha um processo mais amplo, ligado ao nascimento da Monarquia Católica, iniciada com a ascensão de Filipe II à coroa espanhola, à parte mediterrânica do Império Habsburgo e ao comando dos Países Baixos em 1549. Em Portugal, as opiniões de Filipe II acerca do papel das artes e ofícios a serviço de uma "máquina" de sustentação do poder real foram sentidas desde os tempos da regência de sua tia D. Catarina de Áustria, mas se intensificaram a partir de 1580, com a União das Coroas.

Uma atitude que demonstra claramente esse tipo de intervenção na época de Filipe II foi a criação de um corpo regrado de funcionários com a função de estabelecer a conexão entre a administração do Império e o ambiente cultural vigente. Os ofícios de impressores régios, cosmógrafos, cartógrafos, engenheiros-militares e seus subordinados, que antes constavam de maneira dispersa entre os estratos superiores e inferiores de ambas as cortes ibéricas, passaram a ser regulados por regimentos que os enquadraram definitivamente, criando um núcleo de sustentação da monarquia e do Império.

Especificamente em relação à imprensa, durante o tempo da Monarquia Católica tornou-se uma espécie de ingrediente fundamental para a construção desse corpo de sustentação, multiplicando a possibilidade de circulação de leis, regimentos e mesmo idéias, antes mais restritas aos espaços das Cortes que então passaram a agir e interagir na dinâmica das especificidades locais. Sobretudo as políticas de concessão de privilégios para as casas de impressores e livreiros indicam a percepção da nova função dos impressos, e de seus conteúdos, mais facilmente transmitidos, ou censurados.

O incentivo às atividades de impressão ampliou a circulação das formas e das idéias em Portugal e no império durante a época Filipina. Assim, modos e meios da cultura pós-renascentista européia passaram a ser utilizados, tanto no reino, como nas regiões em que a dominação ibérica se iniciava ou se fortalecia, através de sua incorporação pelos sistemas de administração, proteção e controle.

A impressão de textos e documentos oficiais, bem como de relatos de combates navais e militares, de festas, jornadas e entradas de reis, príncipes e outras personagens da corte e do clero, teve importância fundamental na criação de padrões e formatos, capazes de conferir poder de aglutinação a essa monarquia. Dessa forma, representaram importante papel no estabelecimento de vínculos entre as instituições de poder e administração e as populações, fossem as reinóis, ou as que começavam a se constituir no ultramar através da onda de povoamento e emigração. Ao final do século XVI um mundo de papel e tinta adquiriu configuração específica, à medida que se tornava veículo de uma espécie de paralelismo cultural no contexto do império. Autores e impressores foram responsáveis pelo contato institucional com mundos diferentes e desconhecidos, em uma nova dinâmica de trocas culturais, que resultou em maneiras particulares e específicas de reger formas e idéias em cada região, onde se faziam presentes as determinações de Espanha e Portugal.

Os impressores portugueses que se destacaram durante a Monarquia Católica atuaram, principalmente, depois da crise de Alcácer Quibir e dos acordos que resultaram na união dinástica, participando do processo de divulgação como intermediários do novo ambiente cultural que se constituía e cumpriram papel de destaque na nova configuração política que se sobrepunha. Quanto à América Portuguesa, mesmo que não tenha vivido a experiência de possuir sua própria atividade de impressão e tipografia como a América Espanhola, não se manteve alheia à presença de objetos impressos, livros, e panfletos que veiculavam textos oficiais, religiosos e leigos, ou do desejo de seus habitantes letrados em ver um relato seu marcado com a chancela de um impressor régio.

Tipografias como as de João Álvares, Francisco Correia, Antonio de Mariz, Jorge Rodrigues, Manuel de Lyra e Pedro Craesbeck ocuparam posição de relevo no reino no tempo dos Filipes, sendo os responsáveis pela maioria das publicações do período. Desse modo, observa-se que também nesse caso a Monarquia Católica atuou no sentido de conferir uma eficaz estrutura de funcionamento da atividade. Dentre as obras impressas, pesquisamos especificamente do caso daquelas relacionadas à passagem dos Filipes em Portugal - relações, panfletos, libretos e

romances -, suas das Jornadas e Entradas Régias. Através da análise dessas fontes discutiu-se a relação entre o momento político, os autores, impressores, e o poder constituído da União das Coroas.

Imprensa e Cerimônias Régias

As Jornadas de Filipe II e Filipe III a Portugal, realizadas em 1581 e 1619 respectivamente, foram acontecimentos marcados por desfiles, espetáculos de fogos de artifício, torneios, danças, arquitetura efêmera e práticas de etiqueta cerimonial. Como tornou-se freqüente nas festas políticas do Antigo Regime, essas Entradas Régias passaram do evento à memória oral, transformaram-se em registro impresso e inscreveram-se na cultura política da corte portuguesa. Mais tarde foi reproduzida em muitos eventos semelhantes ocorridos em Portugal após a Restauração. A memória impressa dessas festas foi, portanto, um legado deixado da Monarquia Católica na cultura portuguesa, assim como as marcas urbanísticas e arquitetônicas que permanecem até hoje em Lisboa, e que nem mesmo a tragédia de 1755 conseguiu eliminar. São resquícios das tentativas de intervenção dos Filipes em Portugal que não se fez questão de apagar.

A força da memória dos eventos de 1581 e 1619 se revela, paradoxalmente, no esforço de utilização da mesma prática cerimonial para substituir a lembrança da Monarquia Católica pela imagem de uma nova dinastia - os Bragança -, tida como mais legítima por grande parcela de portugueses em 1640. A dinastia estreante se apropria dos mesmos modelos festivos, inovadores e cosmopolitas, trazidos ao reino lusitano pelas visitas de 1581 e 1619, e continua a reproduzi-los, substituindo símbolos e divisas da União das Coroas pelos novos emblemas dos senhores de Vila Viçosa.

Dentre as inovações trazidas ao reino de Portugal pelo espetáculo e a memória das Entradas Filipinas destaca-se o privilégio concedido à visão como sentido maior para percepção de todas as coisas do mundo, expressões da cultura barroca em gestação. Na hora da festa os atos de "ver" e "ser visto" diferenciavam os assistentes dos participantes do cortejo e, em posição contrária, ser visto pelo rei era o desejo que igualava a todos. Finda a festa era preciso prolongar o efeito glorioso da visão, ou exacerbá-la, talvez porque se tivesse visto pouco. Para proceder a essa multiplicação das imagens e transforma-las em memória escrita é que entram em ação os autores, impressores e censores dos relatos impressos das Jornadas Filipinas a Portugal, profundos conhecedores dos recursos da literatura dos emblemas e das divisas.

Desconhece-se a origem do emprego dos textos impressos como acessórios das Entradas Régias, mas seu amplo uso deve ter se iniciado nos Países Baixos no século XVI, associados que foram ao desenvolvimento da Joyeuse Entrée, originária também dessa região. Da Flandres, a prática de impressão e uso dos panfletos descritivos e encomiásticos da festa migrou para a Espanha durante a monarquia de Carlos V, na mesma época que chegava à França durante o reinado de Francisco I e à Inglaterra, Itália e outras regiões da Europa, vinculando-se especialmente à cultura de Corte. Nesse sentido, a autoria e publicação de um Libreto, ou uma Relação de Jornada, ou um Romance de Jornada, enfim, qualquer texto ligado à visita do rei que atingisse admiração régia, podia levar seu autor a compartilhar das graças e mercês concedidas e ardorosamente disputadas em tempos de corte ausente. Do mesmo modo, empenhavam-se os impressores régios em dedicar suas prensas a esse trabalho, ganhando com ele novas possibilidades de vinculação.

Com o passar dos anos, e dos séculos, esses panfletos e livros adquiriram novo sentido, e perdendo-se a noção do volume da edição, das maneiras como eram utilizados, se realmente eram lidos em público, quantas e quais pessoas os adquiriam e se estavam presentes nas bibliotecas de particulares. Principalmente porque, segundo D. R. Curto, em Portugal, na segunda metade do século XVI, é difícil estabelecer uma distinção entre as funções de livreiros e impressores, bem como conhecer especificamente os pontos de vendas das edições, podendo-se encontrar livros em tendas, boticas e confeitarias. Raramente vêm registrados na folha de rosto o nome e endereço do livreiro, já que não havia um mercado específico para os livros em Portugal e podiam ser adquiridos juntamente com outros produtos de consumo geral. Em Lisboa, os impressores e livreiros estabeleciam suas atividades na zona da Rua Nova e estavam associados à confraria da Real Irmandade de Santa Catarina, representados pela bandeira de S.Miguel junto com os boticários, sirgheiros e sombreiros (Curto, 1988, p.106).

Adotada desde o início, a prática de governar e de se fazer presente por meio de objetos impressos das mais diversas formas e características fez de Filipe II um rei ausente bastante representado em papel. Um exemplo muito significativo desta experiência são as centenas e até milhares de reproduções de uma gravura da figura do rei ao lado de seu pai, ambos diante de Cristo, recebendo o título de Defensores da Fé nos Países Baixos, de autoria de Hieronymus Wierix em 1587. A origem desse uso e de sua ampliação pelos quatro cantos do Império pode seguramente ser localizada no contato que teve Felipe II, quando ainda era príncipe

herdeiro, com o desenvolvimento da imprensa e das técnicas de gravuras nos Países Baixos. O desdobramento, ou a ampliação da Entrada Régia e sua memória em diversos tipos de objetos impressos confirma o fato de que, além do uso cortesão das artes plásticas - especialmente a pintura -, a cultura impressa dos textos e gravuras foi mais uma das importantes descobertas do reinado de Filipe II para os mecanismos de transmissão da imagem e da propaganda régias.

Tal descoberta está seguramente ligada à ampliação das práticas icônico-visuais, elementares para o nascimento de um imaginário associado ao barroco, verificado a partir da difusão da imprensa e da gravura como novos recursos para construção, divulgação e perpetuação da memória do rei e da monarquia. Um dos papéis representativos dos objetos impressos a serviço do Império - o texto ou a gravura -, utilizados como meios de alta reprodutibilidade, resulta da necessidade de levar a imagem do rei aos pontos mais distantes, e sua ampliação é inversamente proporcional ao crescimento da invisibilidade física do monarca - característica verificada a partir do reinado de Filipe II. Quanto maior o Império, mais invisível seria o rei, e mais necessários eram os mecanismos de representação do seu poder, tanto no sentido da burocracia, quanto de sua própria imagem.

Os objetos impressos foram, por vezes, tomados como simples complementos ou acessórios às cerimônias da monarquia, o que limitou bastante a sua importância e significado. Sem eles, entretanto, menos pessoas poderiam saber dos acontecimentos fora da cidade ou do reino. Seus conteúdos são reveladores de muitos códigos retóricos que marcaram a cultura barroca, especialmente no caso dessas duas jornadas, quando tais objetos começam a cumprir o novo papel de exaltação da grandeza do príncipe, prática então pouco usual na monarquia portuguesa.

Nesse sentido, concorrem os efeitos favoráveis da imprensa, pois era essencial a circulação rápida de panfletos, livros ou gravuras que representassem, descrevessem e exaltassem as festas dedicadas ao rei. A agilidade alcançada nas publicações, mesmo que elas não atingissem diretamente a maior parte da população, demonstra que era necessário e importante levar para um número elevado de indivíduos, presentes ou não no evento, uma descrição formal e adequada aos cânones estabelecidos para esse tipo de acontecimento. Muitas vezes os impressos podiam atravessar o oceano e chegar à América, incitando a imaginação dos súditos saudosos e dos que ignoravam a figura de um rei e a vida da corte. A eficácia desses objetos associados às Entradas Régias revelou, efetivamente, que a imprensa se tornara um componente a mais na construção da majestade imperial

e dos compromissos acordados entre o rei e a municipalidade, ampliando de maneira considerável a abrangência do evento e a possível eficácia do programa simbólico que o preparava.

A cultura do objeto impresso, formada pelas diversas práticas de escrita e leitura surgidas a partir da invenção da técnica de impressão no Ocidente, é objeto de estudo de historiadores como Robert Darnton, Daniel Roche, Roger Chartier, Elizabeth Eisenstein, e inúmeros outros pesquisadores da sociologia e história da imprensa, dos livros e da leitura. Para Chartier, "a tipografia difunde maciçamente novos objetos, facilmente manuseados, transportados ou afixados, que conferem às imagens e aos textos uma presença mais densa e uma realidade mais familiar". Para além da inovação técnica que se processa na matéria e na forma de reprodutibilidade do texto, a cultura do objeto impresso "também pode ser entendida como o conjunto de novos gestos" nascidos da manipulação dessa nova forma, pois foi a partir da Época Moderna que operou-se na cultura ocidental a troca da antiga prática da leitura em voz alta de um alfabetizado para inúmeros analfabetos pela leitura individual, silenciosa e interiorizada.

Pensando na transformação vivida pelas elites letradas que, dos métodos de cópias ditadas dos scriptoria, passaram a contar com as possibilidades do objeto impresso como forma de troca e divulgação de suas idéias, Eisenstein considera ser "muito difícil especular sobre o abismo que separa nossa experiência da de elites letradas que se baseavam exclusivamente em textos copiados à mão", e que tinham uma experiência semi-oral, semi-letrada, sem qualquer equivalente nos dias de hoje.

Mas, além de se ancorar em sinais, números e letras, a cultura impressa pode ser também entendida como a cultura da imagem, pois o desenvolvimento das técnicas de reprodução de imagens gravadas em madeira acompanham, na mesma proporção, o crescimento da imprensa escrita. De baixo custo, elas se difundem entre as obras de autores vulgares e populares, podendo ser facilmente inseridas no corpo da página impressa sem grande esforço do impressor. Já as gravuras de cobre, mais caras, não se encaixam facilmente ao texto; daí passarem a ser privilégio de obras restritas, muitas vezes destinadas a interesses específicos da monarquia ou das altas esferas do clero e da nobreza. "Quer no interior, quer no exterior do livro, a imagem impressa é igualmente susceptível de uma utilização autônoma, que lhe confere uma função própria, tornando-a um objeto ritual, uma imagem de devoção ou um sinal de reconhecimento". A imagem, portanto, adquire significado ambíguo pois, ao mesmo tempo que vem associada ao texto, pode ser fruída independentemente dele,

em especial no caso dos emblemas e divisas amplamente difundidos no seio da vida das cortes e monarquias européias a partir do século XVI.

Todo impresso, contudo, ainda guardava um embrião de manuscrito, preservando de certa maneira a prática do texto pessoal. Para Fernando Bouza, apesar da transformação inédita provocada pela invenção de Gutenberg, o manuscrito conservou durante toda a Época Moderna, e até recentemente, uma aura de maior veracidade por encontrar-se mais próximo do momento da criação. O texto impresso podia ser passível de engano, de interesses facilmente ocultados pela padronização dos tipos, e até mesmo de erros, enquanto a intimidade de um autor, opiniões particulares, memórias e cartas familiares eram conservadas na forma de manuscrito autógrafo, aportando por isso um teor mais autêntico. Enfim, escrever para a leitura de muitos justificava a imprecisão, o exagero, as formas empoladas e o ocultamento de muitos aspectos daquilo que se queria descrever, daí sua adequação aos interesses de uma monarquia que tinha como objetivo a construção de uma imagem que atingisse rapidamente os confins do Império.

As inovações técnicas levaram ao surgimento de um elemento fundamental para essa cultura - o público leitor -, que fez com que viesse à tona um também novo sentido para a intencionalidade da obra, e o perigo da divulgação de idéias que fugissem ao controle das instituições do poder das elites. Tanto o nascimento do público leitor, quanto a sobrevivência do texto pessoal são partes de um complexo conjunto de posições determinantes para a análise do caso de uma cultura de impressos, que visava a divulgação e preservação da memória da passagem de um rei por uma cidade que sente saudades da vida de corte e da imagem do príncipe. O investimento das monarquias na produção de livros de teor oficial e encomiástico também cresceu consideravelmente na segunda metade do Quinhentos, acompanhando a moda da leitura que se alastrava pelas elites tradicionais, e que no século seguinte passaria a tocar também as camadas mais privilegiadas da burguesia. Tãmanha apropriação, calcada consideravelmente no controle e na censura sobre os impressos, alimentou ainda mais a sobrevivência do manuscrito particular, que continua a guardar seu caráter secreto e privado como forma de preservar o autor da divulgação pública de suas idéias. Por outro lado, também a resistência ganha espaço, e abundam impressos anônimos de teor contestatório, especialmente os folhetos afixados.

Uma outra espécie de paradoxo a toda liberdade que essa difusão da imprensa representara foi o nascimento de uma rede de relações de dependência entre autores, editores, impressores, expedidores, livreiros e o público de leitores - passivos ou

ativos -, abrindo um campo inesgotável de formas de controle e apropriação do conteúdo das obras por parte das instâncias de poder da monarquia e da religião. Numa das pontas dessa rede estava o grande público de leitores, na outra o Rei e a Igreja, no centro estavam autores e impressores, e regulando essas relações vieram as formas de censura e de propriedade dos conteúdos. É como se um novo mundo, tão vasto e rico quanto as terras da América, África e Ásia juntas, pudesse ser reduzido e atingido a partir das oficinas tipográficas dos impressores oficiais dos reinos europeus. Segundo Daniel Roche, "antes de publicação havia um habilidoso exercício de censura, aplicado através de uma política de privilégios seletivos que envolvia a inspeção prévia do conteúdo dos manuscritos e a recompensa aos editores que, em troca da sua cooperação com a ordem estabelecida desfrutavam as vantagens do monopólio". Todas as instâncias da produção de um objeto impresso eram supervisionados pelo que ele denomina de oficiais da polícia do livro.

Em Portugal, Diogo R. Curto enfatiza que "a censura inscreve-se num conjunto de estratégias destinadas a promover o modelo cultural das elites (...) transpondo para o plano intelectual conflitos sociais diversos", sendo um dos mais evidentes a perseguição aos cristãos-novos. Dentre os censores do Tribunal do Santo Ofício encontravam-se, majoritariamente, frades com formação universitária e pouco conhecidos; predominavam os padres dominicanos, seguidos pelos jesuítas. Muitos eram também autores de obras impressas, fato que fazia dessa censura uma "instância legitimadora do campo intelectual".

A propósito dos impressores dos relatos das Jornadas, nota-se que eram escolhidos pelo protocolo real e tinham, na época, papel significativo na construção da imagem do rei e da representação da cidade onde se realizou a festa. As duas obras impressas que relatam a Jornada de 1581, de Affonso Guerreiro e Izidro Velázquez foram executadas em oficinas diferentes, uma na de Francisco Correa e outra na de Manuel de Lyra, ambos de Lisboa. É intrigante que não tenha ocorrido nenhuma publicação espanhola sobre esses eventos, já que Alonso Gómez, impressor régio de Filipe II entre 1579 e 1584, acompanhou o rei na Jornada a Portugal, cumprindo importante função na divulgação de decisões e posturas antes mesmo das Cortes de Tomar (BOUZA, 2000, p.59). Paira ainda a dúvida sobre por que não teria ele se envolvido na edição de uma obra oficial sobre a Jornada. Talvez os portugueses estivessem mais interessados em angariar privilégios com essas edições em homenagem ao monarca e à cidade de Lisboa do que os

próprios espanhóis, já agraciados com outras mercês.

A comparação desta dupla de impressores com o da Jornada de 1619 revela a existência de um programa de divulgação ainda mais articulado e equilibrado na segunda, já que as três publicações anônimas e as dez autógrafas que analisamos saíram novamente, e apenas, de duas tipografias em Lisboa e uma em Madri. Seis delas, sendo uma o libreto anônimo do Arco dos Ingleses, foram impressas nas oficinas de Jorge Rodrigues em Lisboa. Outras seis, dentre as quais os libretos dos Arcos dos Flamengos e dos Alemães, saíram da tipografia do conhecido Pedro Craesbeck. Apenas o texto que contém a versão considerada oficial - o de João Baptista Lavanha - recebeu impressão bilíngüe em Madri por Thomas Iunti. A existência desse impresso oficial também diferencia o programa da Jornada de 1619, que como dissemos não teve similar para a de 1581. Isso demonstra ainda a existência de um excessivo controle sobre as atividades tipográficas, além dos privilégios que certamente estariam associados aos nomes de Pedro Craesbeck e de Jorge Rodrigues nesse contexto da Jornada de 1619.

Seria necessário, a partir desses dados, levantar hipóteses para o envolvimento dos próprios impressores lisboetas na divulgação e construção da memória do evento, e nos motivos que os teriam levado a investir sua produção nesses relatos, mas faltam dados que possam confirmar com segurança nossas hipóteses. Dentre os impressores, o que tem sua trajetória mais conhecida foi Pedro Craesbeck. A família Craesbeck, de origem flamenga, iniciou suas atividades em Lisboa em 1592, possuindo representações também em Évora e Coimbra. Poeter van Craesbeck - o pioneiro - era discípulo de Plantino em Antuérpia, onde trabalhou entre 1580 e 1586. Suas impressões, em caracteres redondos e itálicos, espalharam-se pelos reinos durante a União das Coroas, entre 1597 e 1632 - ano de sua morte -, tendo sido nomeado cavaleiro régio por um alvará de Filipe III em 28 de maio de 1620, o que lhe deu o status de Impressor Régio. O nome dos Craesbeck manteve-se ligado às mais importantes obras impressas em Portugal até o século XVIII.

Para João José A. Dias, a imprensa dos Craesbeck publicou cerca de dois mil títulos entre 1595 e 1690. A presença desses impressores de origem flamenga no quadro da cultura política da época filipina em Portugal é a prova de que o aumento do volume de publicações voltadas para este tipo de divulgação da imagem poder régio pela via impressa estava seguramente vinculado a um processo mais amplo de crescimento da tipografia na Península Ibérica, ocorrido na segunda metade do século XVI para além do eixo Alemanha - Itália - Flandres, de onde se

originou e desenvolveu a atividade tipográfica ocidental. Sobre as atividades de Jorge Rodrigues nenhum estudo foi ainda realizado.

Segundo Walter Benjamin, se por um lado as técnicas de reprodução retiram da obra de arte o seu cunho tradicional, sua autenticidade, por outro atualizam o objeto reproduzido diante do espectador. Ora, aparentemente a intensificação da reprodução da imagem de um rei poderia levá-la ao afastamento da essência ritualística do poder, enfraquecendo seu caráter de objeto de culto, mas num outro sentido, esta reprodução enquanto um mecanismo de atualização aproxima-a daquele que, à distância, a contempla ou a possui como objeto pessoal. Esta eficácia jamais poderia ser alcançada por um quadro de Tiziano, por exemplo. Ao elaborar a célebre análise a que nos referimos aqui, Benjamin não pensava no uso da imprensa na época do Rei papelero, tampouco na cultura de Corte; entretanto a aplicação de sua interpretação não é absolutamente anacrônica, já que se trata do nascimento da técnica de reprodução impressa que deu origem a todas as outras que Benjamin conhecia em seu tempo. Notar-se-á, assim, que a grande diferença entre a cultura monárquica e cortesã e o universo do objeto de Benjamin, é que na Época Moderna o poder real tinha natureza híbrida - ritual e política. Por isso Filipe II, que já era objeto de culto pela própria natureza, torna-se também onipresente através da multiplicação das gravuras e dos textos narrativos das visitas e festas reais, acrescentando, ao ritual, a política.

Como se tentou mostrar, compreender a ampliação do ofício da imprensa na passagem do século XVI para o XVII é, inicialmente, fator determinante para a discussão da memória das festas que se fizeram em Portugal nas Jornadas de Filipe II e Filipe III. Para além desse caso mais específico, aponta para o papel que os impressores começam a adquirir na dinâmica das relações de poder durante a União das Coroas e em toda a Monarquia Católica.

Resumo

Os estudos da União Ibérica (1580-1640) têm demonstrado que, além da política, também a administração, a burocracia, o direito e outros níveis passaram por mudanças e renovações para se adaptarem à situação de união dinástica e de ampliação da área de dominação da Monarquia Filipina, ligada à Casa de Áustria. Nesses sessenta anos, foi necessária a criação de alguns instrumentos de governo que se mostrassem capazes de construir uma mínima coesão entre a corte de Madrid e o vasto império, dando ao “mundo ibérico” uma primeira noção da monarquia orgânica. Um dos importantes instrumentos desse processo foi a imprensa, revelando novos modos de relacionamento entre o poder central e os poderes locais. A análise da produção de impressos sobre as Jornadas de Filipe II (1581) e Filipe III (1619) a Lisboa evidencia muitos aspectos dessas novas relações.

Palavras-chave: União Ibérica; Imprensa Régia; Monarquia Filipina; Impressores; Poder Central-Poder Local

Abstract

Studies on the Iberian Crow's Union (1580-1640) have demonstrated that issues such as administration, bureaucracy and justice, besides politics, have been altered and renewed to adapt to the dynastic merger and the expansion of the Austrian-related Philippine Monarchy. During the sixty years of that period, the necessity of integration and cohesion between the Court of Madrid and the vast Empire determined the creation of certain "tools" of commandment that would give the "Iberian World" a first notion of organic Monarchy. One instance of such measures was the use of the press, developed to display a new variety of ways in which local and central power could relate. The analysis of printed material on the journeys of Phillip II (1581) and Phillip III (1619) to Lisbon sheds light upon many aspects of this new relationship.